



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Diretoria de Documentação Judiciária
B I B L I O T E C A

INFORME BIBLIOGRÁFICO

SUMÁRIOS CORRENTES E NOVAS AQUISIÇÕES

RECIFE

MAIO

2010



Adv

ADVOCACIA DINÂMICA

INFORMATIVO

FECHAMENTO: 22/04/2010 – EXPEDIÇÃO: 25/04/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 280/265 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 17

Sumário

ATOS DO JUDICIÁRIO

- STF: *Link* “transparência” – Criação279
- STJ: Conselho de Administração – Composição279
- STJ: Corte Especial – Composição279
- TRF-3ª R.: Boletim interno eletrônico – Criação.....278
- TST: SBDI-1 – Orientações jurisprudenciais 374 a 384.....278

ATOS INSTITUCIONAIS

- AGU: Súmula 49.....277

DOCTRINAS

- Miopia política na “doutrina nuclear” – **Francisco César Pinheiro Rodrigues**.....277
- Funfural após decisão do STF – **Roberto Rodrigues de Moraes**.....274
- Transporte aéreo de passageiros – **Paulo Márcio Reis Santos**.....272

ESTUDO DE CASOS

- Ação consignatória – Recusa do credor.....271
- Rescisão do contrato de trabalho – Justa causa – Alcoolismo.....269

NOTICIÁRIO

- Destaques da semana**.....266
- Carta rogatória: citação irregular impede homologação de sentença
- Créditos trabalhistas: IR não incide sobre juros de mora
- MP-ES: instituição abre inscrições para vaga de promotor substituto
- Presos provisórios: TSE assina acordo para viabilizar voto
- Súmula 435: STJ edita texto sobre dissolução irregular de empresa
- Uso ilegal de produto: STJ revê valor de indenização para Microsoft
- Vulcão: cancelamento de voo na Europa dá direito à hospedagem
- Projetos de lei**265
- Aprovado serviço de *roaming* obrigatório
- Indenização a pais por abandono afetivo
- Prisão após condenação em segunda instância
- Rito sumaríssimo para causas de até 60 minutos

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 22/04/2010 – EXPEDIÇÃO: 25/04/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 272/257 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 17

TEMAS EM DESTAQUE

PROCESSO CIVIL

Execução

- A obrigação decorrente de acórdão proferido pelo TCU não é inscrita em dívida ativa da União e nem é cobrada pela Procuradoria da Fazenda Nacional.

Honorários de advogado

- O Estado deve receber os honorários advocatícios devidos por particulares, em processos nos quais a Defensoria Pública atue e alcance êxito.

CIVIL E COMERCIAL

Alimentos gravídicos

- Os alimentos gravídicos consistem na entrega de prestações pecuniárias para a cobertura dos gastos necessários a fim de garantir uma gestação tranquila e segura.

Duplicata

- A emissão de duplicata sem causa jurídica para tanto acarreta a decretação da nulidade desta.

PENAL E PROCESSO

Estelionato

- A entrega de cheque para garantia de dívida relativa a compra de combustível elide o estelionato, se não honrada a cártula.

Restituição de coisa apreendida

- Para o deferimento de pedido de restituição de bem apreendido na suposta prática de crime ambiental é imprescindível a prova da propriedade.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Comissão de Conciliação Prévia

- O termo de quitação firmado perante Comissão de Conciliação Prévia possui eficácia liberatória geral quando não há ressalva de parcelas.

Jornada de trabalho

- O uso do celular é insuficiente para caracterizar o regime de sobreaviso, observado quando o empregado permanece em expectativa durante o descanso.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Fornecimento de água

- É indevido o cálculo de tarifa de água por estimativa, se a inexistência de hidrômetro se deve à resistência da concessionária em instalá-lo.

Reforma agrária

- Compete ao INCRA estabelecer a preferência no assentamento dos beneficiários da reforma agrária.

TRIBUTÁRIO

Execução fiscal

- A suspensão da prescrição por 180 dias contados da inscrição em dívida ativa não se aplica aos créditos tributários, mas sim aos não tributários.

Responsabilidade tributária

- A prescrição intercorrente em relação ao sócio responsável pelo crédito tributário não tem como termo inicial a citação da pessoa jurídica.



Adv

ADVOCACIA DINÂMICA

INFORMATIVO

FECHAMENTO: 29/04/2010 – EXPEDIÇÃO: 02/05/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 294/281 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 18

Sumário

ATOS DO EXECUTIVO

- Registro do comércio – Sociedades empresárias – Processo de transformação293

ATOS DO JUDICIÁRIO

- **CNJ:** Tabelas processuais unificadas – Alteração da Resolução 46/2007293
- **CGJ-RJ:** Central de atendimento – Extinção292
- **STF:** Processo eletrônico – Nova regulamentação292
- **TST:** Agravo de instrumento – Guarda pelos TRT's291

ATOS INSTITUCIONAIS

- **Anvisa:** Alimentos para atletas – Regulamento técnico – Aprovação291

DOCTRINAS

- Formação humanística e novos parâmetros do Exame de Ordem – **Luiz Henrique Herrera**290
- Pulseiras do sexo: Brincadeira ou crime hediondo? – **Luiz Flávio Gomes**289
- Súmula nº 421 do STJ: Um equívoco que persiste – **Cirilo Augusto Vargas**288

ESTUDO DE CASOS

- Cassação de mandato eleitoral – Efeitos quanto ao Vice286
- Direito autoral – Obras musicais – Reprodução não autorizada284

NOTICIÁRIO

Destaques da semana283

- Agravos infundados: multa é devida por ausência de repercussão geral
- Crime continuado: reconhecimento em atentado violento ao pudor e estupro
- Decisão inédita: STJ mantém adoção por casal homossexual
- Estabilidade: concessão à empregada suspeita de contágio por HIV
- Inclusão digital: práticas processuais por meio eletrônico
- Súmula 436: constituição do crédito tributário
- Viagra: STJ decide que patente passará a ser de domínio público

Projetos de lei282

- Exigência na troca de produto defeituoso se o conserto comprometer a segurança
- Extensão do salário-maternidade para os casos de adoção tardia
- Participação de mulheres na administração pública pode ter cota de 40%
- Planos de saúde poderão pagar gratificação anual para médicos
- Redução da contribuição previdenciária de trabalhador doméstico
- Sanções em caso de exploração sexual de crianças deverão ser ampliadas
- Saque de PIS-Pasep após 3 meses de desemprego
- Unificação das leis que regulam a inscrição e extinção de empresas

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 30/04/2010 – EXPEDIÇÃO: 02/05/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 288/273 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 18

TEMAS EM DESTAQUE

PROCESSO CIVIL

Execução de alimentos

- Inexiste direito líquido e certo de a CEF se negar a efetivar liberação de verbas depositadas em conta vinculada do FGTS para cumprir obrigação alimentícia.

Recurso especial

- É deserto o recurso especial interposto sem a anotação do número do processo na guia de recolhimento da União ou no documento de arrecadação da Receita Federal.

CIVIL E COMERCIAL

Corretagem

- Provadas a intermediação consentida para a procura de imóvel para a compra e a posterior realização do negócio, fruto da mediação, faz a corretora jus à remuneração.

Falência

- Não merecem acolhida as contas prestadas à revelia das formalidades legais, mormente quando inexistem provas sobre os fatos alegados pelo síndico.

PENAL E PROCESSO

Estelionato previdenciário

- Caracteriza-se estelionato previdenciário a concessão de benefício previdenciário com o fim de obter para si (servidor) e para terceiro (beneficiário) vantagem ilícita.

Violência doméstica e familiar

- A Lei Maria da Penha é compatível com o instituto da representação, peculiar às ações penais públicas condicionadas.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Confissão ficta

- Trata-se a confissão ficta apenas de um meio de prova, de caráter fictício e precário, devendo, como tal, ser analisada à luz dos demais elementos probantes presentes nos autos.

Prescrição

- A concessão de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez não opera o efeito jurídico de suspensão do curso da prescrição quinquenal.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Funcionalismo público

- Instituída uma gratificação ou vantagem, de caráter genérico, paga indistintamente aos servidores da ativa, dever ser ela estendida aos inativos e pensionistas.

Tomada de contas especial

- A não observância pelo TCU do prazo legal para o julgamento das contas, não acarreta a prescrição do direito de cobrar os encargos.

TRIBUTÁRIO

Compensação

- A simples declaração de compensação relativa ao crédito-prêmio de IPI não suspende a exigibilidade do crédito tributário.

Contribuição de melhoria

- Cabe ao contribuinte provar que, na realidade, não houve melhoria no sentido de valor, ou houve em menor quantia, ou que houve até mesmo pioria no sentido de desvalor.



INFORMATIVO

FECHAMENTO: 07/05/2010 – EXPEDIÇÃO: 09/05/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 316/295 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 19

Sumário

ATOS DO EXECUTIVO

- Débito fiscal – Competência para parcelamento315
- Débito fiscal – Requerimentos de parcelamento e reparcelamento – Novos modelos315
- Leiloeiro público – Fiscalização da atividade315
- Jurisprudência dominante – Súmulas 256 e 257314

ATOS DO JUDICIÁRIO

- **CGJ-MG:** Custas judiciais – Recolhimento314
- **CSM-SP:** Auxílio-sentença – Designação e procedimento313
- **STJ:** Custas judiciais – Porte de remessa e retorno – Novos valores313
- **TJ-MG:** Justiça itinerante – Regulamentação.....311
- **TST:** SBDI-1: Orientação Jurisprudencial 286 – Alteração.....311
- **TST:** SDC: Orientação Jurisprudencial 12 – Cancelamento310
- **TST:** Súmula 425 – Edição.....310

ATOS DO LEGISLATIVO

- Código Penal – Prescrição retroativa – Alteração.....310

DOCTRINAS

- Aspectos processuais da perícia técnica na Justiça do Trabalho – **Cristóvão Donizetti Heffner**309
- Educação domiciliar e poder público: A quem pertence o direito de escolher a educação dos filhos? – **Janaína Rosa Guimarães**305

ESTUDO DE CASOS

- Ação rescisória – Termo inicial302
- Transação penal – Descumprimento – Efeitos.....300

NOTICIÁRIO

Destaques da semana297

- **Cesare Battisti:** Supremo comunica decisão sobre extradição
- **Crença religiosa:** direito de escusa a candidato de concurso público
- **Custas e depósito recursal:** guias devem preencher finalidade
- **Em julgamento:** STF discute foro especial a magistrado aposentado
- **ICMS:** Supremo mantém isenção a templos religiosos
- **Infração disciplinar:** CNJ suspende pagamento de precatório no TJ-MS
- **Lançamento por homologação:** STF analisa restituição de tributos
- **Súmulas 438 a 444:** STJ aprova enunciados sobre direito penal
- **União estável:** relação paralela a casamento não é reconhecida

Projetos de lei296

- Adicional de periculosidade para porteiros e vigias de condomínios
- Aprovação da "Ficha Limpa"
- Arbitragem para FGTS e seguro-desemprego
- Atuação de fisioterapeuta na segurança do trabalho
- Exame antidrogas para ingresso no serviço público
- IR reduzido para contratação de aprendiz pelas empresas
- Obrigatoriedade de advogado nas ações de Juizados Especiais
- Reconhecimento de meio-irmão por meio de escritura pública

SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 30-4 a 7-5-2010.....295

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 07/05/2010 – EXPEDIÇÃO: 09/05/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 304/289 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 19

TEMAS EM DESTAQUE

PROCESSO CIVIL

Ação de prestação de contas

- Embora a ação de prestação de contas ajuizada por quem tem o dever de prestá-las se resolva em uma única fase, é necessário, o acertamento, com a declaração do saldo.

Execução de alimentos

- Admite-se a penhora sobre saldo de FGTS, em se tratando de dívida de natureza alimentar, mormente se não existem outros bens passíveis de constrição.

CIVIL E COMERCIAL

Compra e venda

- A venda de ascendente a descendente sem o consentimento do demais encerra hipótese de ato anulável, não havendo como falar em matéria de ordem pública.

Mandato

- Tendo em vista a natureza personalíssima do contrato de mandato, é intransmissível ao espólio do mandatário a obrigação de prestar contas.

PENAL E PROCESSO

Corrupção de menores

- A caracterização do crime independe de prova da efetiva e posterior corrupção do menor, sendo suficiente a participação do inimputável em prática delituosa.

Execução penal

- A multa criminal passou a ser considerada dívida de valor e deve ser executada por meio de execução fiscal.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Contribuição previdenciária

- Embora caiba aos litigantes o juízo da oportunidade e da composição de acordo, não poderão firmá-lo de maneira a eximir-se das contribuições previdenciárias.

Estabilidade provisória

- Se sequer a empregada conhecia o seu estado gravídico, não há como imputar-se ao empregador o dever de reintegração ou indenização.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Arguição de descumprimento de preceito fundamental

- É possível a conversão de arguição de descumprimento de preceito fundamental em ação direta de inconstitucionalidade.

Trânsito

- A liberação do veículo retido por transporte irregular de passageiros não está condicionada ao pagamento de multas e despesas.

TRIBUTÁRIO

Execução fiscal

- Nos casos de falecimento do executado, deve ser concedido prazo de suspensão do processo para a localização dos sucessores do falecido.

Imunidade tributária

- A imunidade das entidades de assistência social abrange rendimentos em aplicações financeiras enquanto não houver a regulação do tema por lei complementar.

REVISTA DA
AGU

ANO VIII Nº 21 - Brasília-DF, jul./set. 2009

SUMÁRIO

Apresentação.....	5
Editorial.....	7
INSTITUCIONAL	
A Missão Institucional da Secretaria-geral de Contencioso e seus Reflexos na Defesa das Políticas e dos Interesses Públicos <i>Grace Maria Fernandes Mendonça</i>	9
ARTIGOS	
Crime de Desobediência: Abusividade do Aprisionamento de Agente Público no Exercício da Função <i>Adel El Tasse</i>	35
O IPI Não-Cumulativo e a Impossibilidade Jurídica do Crédito Oriundo da Aquisição de Insumos Isentos <i>Bernardo Alves da Silva Júnior</i>	57
Análise Crítica da Atuação do Poder Judiciário em Relação aos Benefícios da Seguridade Social <i>Carlos Côrtes Vieira Lopes</i>	75
Reexame Necessário. Sentenças Condenatórias Ilíquidas Proferidas contra a Fazenda Pública <i>Eliana Alves de Almeida Sartori</i>	91
A Arbitragem e sua utilização na Administração Pública <i>Erico Ferrari Nogueira</i>	125
Dirigismo e Comunitarismo no Processo Constituinte Brasileiro: Considerações sobre a Opção pelo Estado Democrático e Social de Direito <i>Flávia Santiago Lima</i>	143
Pela Redução dos Acidentes de Trabalho no Brasil <i>Hudson Machado Guimarães</i>	163
Reformatio <i>In Pejus</i> no Processo Administrativo Brasileiro: Fundamentos, Condições e Limites <i>Karla Virgínia Bezerra Caribé</i>	195

A Questão do Monopólio na Constituição da República Federativa do Brasil e o Setor Postal <i>Leonardo Vizeu Figueiredo</i>	233
O Artigo 285-A do Código de Processo Civil e a Incompetência Relativa do Juízo <i>Luciano Pereira Vieira</i>	267
Coisa Julgada e Força Normativa da Constituição <i>Lyts de Jesus Santos</i>	289
Educação e Integração Regional. Análise do Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do Mercosul <i>Marcos Augusto Maliska</i>	311
Advocacia Cidadã e a Agenda Ambiental da Administração Pública <i>Maria Augusta Soares de Oliveira Ferreira, Denis Moreira, Érika Pires Ramos</i>	327
Aspectos da Responsabilidade Civil do Estado-juiz na França e em Portugal e a Interjusfundamentalidade Anotação ao Acórdão 295831 do Conselho de Estado Francês, 5ª e 4ª Sub-seções Reunidas, de 18 de Junho de 2008 <i>Sibele Regina Luz Grecco</i>	343

PARECER

Base de cálculo de Funções Comissionadas (FC's) incorporadas judicialmente – alteração na estrutura remuneratória do cargo paradigma – ausência de decesso na remuneração – modificações que não ferem a coisa julgada anterior – precedentes.

Daniel Picolo Catelli

365

JURISPRUDÊNCIA

ADI-MC 4.016: Lei que Reduz e Extingue Desconto de IPVA não está Sujeita ao Princípio da Anterioridade Tributária

Daiane Nogueira de Lira

381

Série Especial

REVISTA DA AGU

ANO I nº 02 - Brasília-DF, novembro de 2009

Juricidades

Revista da Consultoria Jurídica do
Ministério das Cidades

CONSULTORIA JURÍDICA DO MINISTÉRIO DAS CIDADES
Setor de Autarquias Sul - Quadra 01 - Lote 01/06 - Bloco H
Edifício Telemundi II CEP 70.070-010 - Brasília/DF
Telefones: (61) 2108-1655/1044 - Fax (61) 2108-1447
e-mail: conjur@cidades.gov.br

SUMÁRIO

Prefácio	5
Apresentação	7
Entrevista.....	9
A Ação de Injunção e os seus Efeitos Concretos na Hipótese do Art. 40, § 4º, da Constituição Federal, Atinente À Aposentadoria Especial no Serviço Público <i>Clemilton da Silva Barros</i>	19
Transferências de Recursos Financeiros para Correção de Disparidades Econômicas no Federalismo Fiscal Atinente À Constituição Federal, Atinente À Aposentadoria Especial no Serviço Público <i>Cleucio Santos Nunes; Margaret da Silva Peres Nunes</i>	49
O Exercício da Cidadania Ambiental <i>Ewerton Marcus de Oliveira Góis</i>	73
A História do Habeas Corpus no Controle dos Atos Policiais e Jurisdicionais – Da Origem Bretã à Atualidade <i>Jorge Cesar Silveira Baldassare Gonçalves</i>	81
Controle Externo: a importância e a imediata consequência do desempenho do controle prévio e concomitante da Gestão Fiscal pelos Tribunais e Conselhos de Contas diante do atual Cenário da Crise Financeira Mundial <i>Sidely Ludovico Alves Martins</i>	101
O Controle do Ato Administrativo Discricionário <i>Ulisses Fernandes Silva; Cristiane Souza Fernandes Curto</i>	129
Princípio da Moralidade e Controle Jurisdicional dos Atos Administrativos <i>Victor Ximenes Nogueira</i>	147
PARECERES	
Mandado de Segurança Contra Ato Normativo Praticado pelo Diretor do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN e Presidente do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN <i>Fernando José Vazzola De Migueli</i>	173
Consulta Sobre a Representação da Confederação Nacional de Municípios no Conselho Nacional das Cidades <i>Flavia Natario Coimbra</i>	185
Consulta Efetuada pela Caixa, Contratos de Repasse Extintos em Razão do Não Atendimento às Exigências da LRF <i>Flavia Natario Coimbra</i>	195

Consulta do Município de Goiânia. Função do FMHIS. Nota Técnica da SNH <i>Flavia Natario Coimbra</i>	203
Ementa: Administrativo. Direito Autoral. Controvérsia Gerada pela Publicação da Série Como Andam as Regiões Metropolitanas <i>Julio Cesar Ferreira Pereira</i>	211
Contratação da Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP para Ministrar o Curso de Administração Orçamentária e Financeira <i>Julio Cesar Ferreira Pereira</i>	231
Pretensão Administrativa de Dispensa do Procedimento Licitatório Fundado em Permissivo do Manual de Convergência de Normas Licitatórias do PNUD <i>Julio Cesar Ferreira Pereira</i>	243
Procedimento de Inexigibilidade de Licitação Deflagrado com Vistas a Contratar a Universidade Católica de Brasília <i>Paulo Cesar Soares Cabral Filho</i>	259
Orientação Jurídica. Supervisão Ministerial. Decreto-lei N° 200/67. Dívida da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU de que é Credora a Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER <i>Paulo Cesar Soares Cabral Filho</i>	269
Consulta Formulada pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração deste Ministério Acerca de Termo a Ser Utilizado em Portaria de Substituição de Servidor que Compõe o Rol de Responsáveis para Praticar Atos de Gestão Orçamentária e Financeira <i>Sideley Ludovico Alves Martins</i>	279
Parecer Jurídico Acerca da Constitucionalidade de Indicação de Representantes desta Pasta para Composição do Conselho das Cidades do Estado do Rio de Janeiro <i>Victor Ximenes Nogueira</i>	293
Parecer Jurídico Acerca de Consulta Formulada pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU - Nepotismo - Súmula Vinculante N° 13 do Supremo Tribunal Federal <i>Victor Ximenes Nogueira</i>	317
Parecer Jurídico Conclusivo Acerca do Requerimento Administrativo Protocolado pela Servidora, Matrícula, no Sentido de que Seja Efetuado o Pagamento da Remuneração Referente ao Efetivo Exercício da Substituição do Cargo de Coordenadora de Benefícios - COBEN <i>Victor Ximenes Nogueira</i>	335

CURIOSIDADES JURÍDICAS

Esta é uma história real que ganhou o primeiro lugar no Criminal Lawyers Award..... 347

PUBLICAÇÃO MENSAL

ANO XXVI

Nº 5

MAIO

2010



BDA

**BOLETIM DE
DIREITO ADMINISTRATIVO**

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO DA CONFIANÇA LEGÍTIMA NO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO (Rafael Carvalho Rezende Oliveira)	531
JURISPRUDÊNCIA COMENTADA: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Contratação de Servidores sem Concurso Público – Inexistência de Dano ao Erário e Ausência de Dolo – Improcedência da Ação (Gina Copola)	549
CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA EC Nº 62/09 E A QUESTÃO DOS PRECATÓRIOS (Lair da Silva Loureiro Filho)	552
DO RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO DO “FUNDO DO DIREITO” EM FACE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Giordano da Silva Rossetto e Fernanda Bernardes de Mello Almeida Lima)	573
DEPUTADOS FEDERAIS – Notícias Acerca do Uso Irregular de Verbas Indenizatórias – Custeio de Passagens Aéreas – Finalidade Estranha ao Objetivo do Mandato e ao Interesse Público – Nova Regulamentação pela Câmara – Transparência dos Atos – Imposição, entretanto, da Apuração dos Fatos – Ressarcimento das Despesas Eventualmente Impugnadas (Tribunal de Contas da União)	584
INCRA – Convênio com OSCIP – Irregularidades na Transferência Voluntária de Recursos Federais – Rescisão do Termo de Parceria no Transcorrer da Fiscalização – Devolução Integral dos Valores Repassados – Falha da Autarquia na Análise da Capacidade Operacional da Beneficiária (Tribunal de Contas da União)	600
EDUCAÇÃO INFANTIL – Entidades de Direito Privado sem Fins Lucrativos – Subvenção por Estado-Membro – Possibilidade – CRECHE – Educação Infantil – Oferta de Vagas, Exclusivamente, para Filhos de Agentes Públicos – Necessidade de Lei Específica e da Definição da Contrapartida – Direito à Assistência – Considerações – PRESTAÇÃO DE CONTAS AO TCE – Competência da Entidade Tomadora dos Recursos – Prazos e Documentos Necessários (Tribunal de Contas do Estado do Paraná)	609
BLOGS – Internet – Veiculação de Matéria Sugestiva, de Forma Genérica e Infundada, de Crime de Enriquecimento Ilícito – Suposta Prática pelos Conselheiros do Tribunal de Contas – Viabilidade de Demanda Judicial contra os Autores (Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul)	618

JURISPRUDÊNCIA

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Caracterização – Agente Público – Exercício Cumulativo de Cargo Efetivo e em Comissão – Prazo Prescricional – Prevalência do Vínculo Efetivo em Detrimento do Temporário para Contagem – Inteligência do Art. 23, II, da Lei nº 8.429/92	631
APOSENTADORIA COMPULSÓRIA – Juiz – Processo Administrativo Disciplinar – Regular Intimação – Aplicação do Princípio <i>Pas de Nullité Sans Grief</i> – Realização de Sessão Reservada – Preservação da Imagem do Magistrado, e do Poder Judiciário – Fundamento do Voto do Relator Acolhido por seus Pares – Alegada Ausência de Publicidade das Opiniões de cada Participante – Não-Ocorrência – Ampla Defesa Assegurada	636
VEÍCULOS – Poder de Polícia sobre Uso, Gozo e Disposição – Exercício Privativo pela Administração – Detran – Contrato com Empresa Particular – Fornecimento de Placas e Serviços de Lacração de Automóveis – Pretensa Anulação do Ajuste – Alegado Recebimento pela Contratada de Taxa de Polícia – Não-Ocorrência – Serviços Remunerados por “Tarifa”	643
CONCURSO PÚBLICO – Professor Assistente Universitário – Exigência, Além da Graduação, de Mestrado em Psicologia ou Administração – Nomeação de Candidata que Possui Titulação Alegadamente Compatível – Inadmissibilidade – Inexistência de Previsão Editalícia sobre a Possibilidade de Apresentação de Qualificação Similar	646
INMETRO – Delegação das Atividades de Inspeção, Verificação e Fiscalização – Institutos Estaduais de Pesos e Medidas – Possibilidade – Conceito de Metrologia Legal	652
CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL – Comércio Varejista de Produtos Agropecuários – Registro da Empresa no Conselho Regional de Medicina Veterinária – Contratação de Médico Veterinário e Pagamento de Anuidade – Inexigibilidade	656

ÍNDICE CUMULATIVO AO FINAL

ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA

Ernesto Julio Bandeira de Mello
nos vinte e sete dias do mes de Novembro
centos e oitenta e oito, neste Imperial Ci
de, na sala do Tribunal da
sessão ordinaria do mesmo Tribunal,
Ex. me Presidente do Tribunal e mais Ex.
argadores; compareceu o Ex. me Der. Br
Bandeira de Mello, que apresentou o seu t
meação, para a carga de Derembargan
lacao, devidamente regularizado. Em vir
Ex. me Presidente do Tribunal e mais Ex.

CADERNOS JURÍDICOS

I – Decisões, Sentenças e Acórdãos

1. Sentença. Indenização. Estatuto do Torcedor e Código de Defesa do Consumidor. Morte de torcedor do time local na área externa ao estádio, destinada à venda de ingressos para torcedores da equipe visitante. Vítima, embriagada e munida de barra de ferro, que já se envolvera em outras brigas. Ausência de segurança, pública ou privada, no local de acesso à torcida visitante. Responsabilidade da fornecedora, que não impediu que pessoa sem o perfeito discernimento fosse ao encontro de vários integrantes de uma torcida adversária provocar brigas. Indenização devida, mitigada pela conduta da vítima. 9
José Walter Chacon Cardoso
2. Sentença. Exoneração de pensão. Obrigação estabelecida em ação de responsabilidade por acidente de trânsito, que reconheceu incapacidade funcional da vítima. Réu, beneficiário da pensão, que não comparece à perícia. Art. 232 do CPC. Presunção da cessação da incapacidade funcional. Fato novo modificativo da situação que fundou o primitivo julgado. Ação procedente. 13
Carlos Castilho Aguiar França
3. Sentença. Seguro de vida. Renovação sucessiva durante longos anos. Autor com idade avançada. Recusa da seguradora na renovação. Abusividade à luz dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e solidariedade social. Interpretação do negócio jurídico conforme a boa-fé objetiva e função social do contrato. Renovação determinada. Pretensão inicial procedente. 17
Marcelo Yukio Misaka
4. Sentença. Penal. Embriaguez ao volante. art. 306, *caput* e parágrafo único da Lei 9.503/97, com redação dada pela Lei 11.705/08, combinado com o artigo 2º do Decreto 6.488/08. Teste do "bafômetro". Ausência de exame de sangue. Tipo penal vinculado à quantidade de álcool presente no sangue. Princípio da reserva legal. Impossibilidade de o legislador conceder à Administração a absoluta liberdade para estabelecer quais as hipóteses e circunstâncias em que o tipo penal fechado poderia ser ampliado. Denúncia rejeitada. 27
Marcos Alexandre Coelho Zilli
5. Alvará judicial. Interrupção da gestação. Feto anencéfalo. Inviabilidade de vida. Feto portador de anencefalia é menos vivo (ou mais morto) do que o indivíduo com morte encefálica declarada. Abortamento autorizado. 33
Adriano Rodrigo Ponce de Oliveira
6. Sentença. Condomínio. Alteração de fachada. Fechamento de terraço com vidros. Modificação do edifício reconhecida. Ineficácia do fechamento para fins de segurança. Autorização de Assembléia ineficaz por falta de *quorum* estabelecido em Convenção. Desfazimento determinado. 51
Luis Fernando Cirillo

7. Acórdão. Declaratória. Pessoa jurídica que transfere cotas sociais. Novos sócios que realizam negócios e não quitam as obrigações. Devolução da pessoa jurídica aos antigos sócios. Negócios celebrados pelos sócios inadimplentes que devem ser cumpridos pela pessoa jurídica. Eventuais prejuízos devem ser ressarcidos na via própria. Terceiros de boa-fé não devem ser prejudicados pois se cuida de *res inter alios*. Recurso improvido. 57
Antônio Marson
8. Acórdão. Ação de indenização por danos materiais e morais. Apresentação antecipada de cheque pós-datado. Ausência de prova de desconto efetivo no preço das mercadorias, em caso pagamento à vista. Danos materiais afastados. Existência, contudo, de danos morais indenizáveis. Caráter sancionatório e punitivo da conduta do apresentante. Irrelevância de o cheque ter sido compensado quando da apresentação, em razão de saldo suficiente na conta do cliente. Questão que somente influencia na fixação do *quantum* devido. Recurso parcialmente provido. 61
Rodrigo Marzola Colombini

II – Estudos

1. Do porte de arma de defesa por membros do Ministério Público e do Poder Judiciário e o Decreto nº 6.715, de 29 de dezembro de 2008. 67
José Damiano Pinheiro Machado Cogan
2. A constitucionalidade do art. 492, § 1º, do Código de Processo Penal. 77
Jayme Walmer de Freitas
3. Lei nº 12.012, de 6 de agosto de 2009: ingresso de aparelho de telefonia celular em estabelecimento penal 85
Renato Marcão
4. Juizes de 1º grau convocados para atuar no 2º grau e o princípio do juiz natural..... 91
Euripedes Gomes Faim Filho
5. Obrigação de meio em cirurgias plásticas 101
Thiago Baldani Gomes De Filippo
6. Direito à saúde: a problemática do fornecimento de medicamentos 105
Fernando de Oliveira Domingues Ladeira
7. Considerações sistemáticas sobre o princípio da vinculação do juiz no processo penal..... 129
Christopher Alexander Roisin
8. Marco Antonio Marques da Silva: um jurista da mesma origem do povo brasileiro..... 141
Antonio Rulli Junior
9. Uma interpretação de duvidosa dignidade..... 145
Vicente Greco Filho

diálogos & debates

REVISTA TRIMESTRAL ANO 9 Nº 1
ED. 33 SETEMBRO DE 2008 R\$ 8,50

DA ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA



POR UMA APLICAÇÃO INTELIGENTE DA LEI

ENTREVISTAS CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO
PEDRO LUIZ RICARDO GAGLIARDI

ALDA LERAYER
FALA SOBRE BIOTECNOLOGIA

LINNEU RODRIGUES:
O EQUILÍBRIO DO MESTRE

COMEMORAÇÃO:
8 ANOS DE NOSSA REVISTA





ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA
Órgão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Diretor *DESEMBARGADOR*
ANTONIO RULLI JUNIOR
Vice-diretor *DESEMBARGADOR*
PEDRO LUIZ RICARDO GAGLIARDI

Conselho Editorial
MINISTRO ENRIQUE RICARDO
LEWANDOSWSKI (STF), MINISTRO
MASSAMI UYEDA (STJ), MARCUS VINICIUS
DOS SANTOS ANDRADE, TERCIO FERRAZ
SAMPAIO JR., JOSE MANUEL ARRUDA
ALVIM NETTO, JOAQUIM PEDRO VILLAÇA
DE SOUZA CAMPOS, CÂNDIDO RANGEL,
DINAMARCO, ANTONIO CARLOS
MARCATO, ANTONIO CARLOS VIANA
SANTOS, MARCOS ANTONIO MONTEIRO.

Editor *CARLOS COSTA*
Editor Assistente *JOÃO DE FREITAS*
Edição de Arte *DMS CRIAÇÃO*
Edição de Fotografia *SEGUNDO PLANO*

Colaboraram Neste Número:
JOSE BATISTA DE CARVALHO (revisão), *ÊNIO*
CESAR JEFFERSON DIAS, *IVONE PEREZ*,
TIANA CHINELLI VICTOR MORIYAMA
(fotos), *ALINE MAGALHÃES*, *GABRIEL KWAK*,
GABRIELLA DE LUCCA, *JOSÉ GERALDO*
DE OLIVEIRA, *LUISA PÉCORA*, *MARCELO*
VOLPATO, *RODRIGO RODRIGUES*,
EDUARDO TURU DE ANDRADE (textos)

Editoração Eletrônica *DMS CRIAÇÃO*
Coordenação Editorial *MARCELO*
ALEXANDRE BARBOSA
Projeto Gráfico *DMS CRIAÇÃO*

Jornalista Responsável *CARLOS ROBERTO*
DA COSTA (REG. MTPS 11.862)
CTP, Impressão e Acabamento
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Capa *GUSTAVO SCATENA*

A revista *DIÁLOGOS & DEBATES* é uma publicação trimestral da Escola Paulista da Magistratura, órgão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Números atrasados podem ser solicitados (de acordo com disponibilidade de estoque) à Assessoria de Imprensa, s/c de Marcelo Barbosa, Escola Paulista da Magistratura, Rua da Consolação, 1483, 2º andar, CEP 01310-100, São Paulo, SP, tel. 3256 6781, fax. 3258 5912.

Redação e Administração: Escola Paulista da Magistratura, Rua da Consolação, 1483, 2º andar, CEP 01310-100, São Paulo, SP, tel. 3256 6781, fax. 3258 5912. Envie seus comentários, críticas e sugestões sobre a revista para o e-mail dialogosdebates@eol.com.br ou para a revista *Diálogos&Debates*, Escola Paulista da Magistratura, Rua da Consolação 1483, 2º andar, CEP 01310-100, São Paulo, SP, tel. 3256 6781, fax. 3258 5912.

04 **POR UMA APLICAÇÃO INTELIGENTE DA LEI**
entrevista com Cândido Rangel Dinamarco

12 **LINNEU RODRIGUES, UM EQUILIBRADO MESTRE**
por Gabriel Kwak

16 **A VIDA NA COMARCA DE BAURU**
por Marcelo Volpato

20 **A FORTUNA DO JUIZ É O CONHECIMENTO**
entrevista com José Carlos Schmidt Murta Ribeiro

24 **COMEMORAÇÃO: NOSSA REVISTA COMPLETA SEU 8º ANIVERSÁRIO**
alguns dos personagens que falaram com *Diálogos*

30 **A TRAJETÓRIA DE UM INOVADOR E PIONEIRO**
entrevista com Pedro Luiz Ricardo Gagliardi

36 **A CAPELA DE SÃO MIGUEL, NOVA AOS 400 ANOS**
por João de Freitas

44 **PAULO MENDES DA ROCHA: EM BUSCA DA CIDADE DE HOJE**
por Turu Goulart de Andrade

52 **A ALTA DO SERVIÇO PÚBLICO**
por Rodrigo Rodrigues

56 **A VIDA DOS OUTROS - CINEMA**
por Luísa Pécora

60 **SOMOS O FRUTO BIOTECNOLÓGICO DE DEUS**
entrevista com Alda Lerayer

66 **PENSAR NAS COISAS PEQUENAS**
por Carlos Costa

diálogos & debates

REVISTA TRIMESTRAL ANO 9 Nº 2
ED. 34 DEZEMBRO DE 2008 R\$ 8,50

DA ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA



ENTREVISTAS
SIDNEI BENETI

LUIZ EDUARDO
MARTINS FERREIRA

JOSÉ CECHIN:
A GESTÃO EFICAZ

MÔNICA BERGAMO
E OS BASTIDORES
DO PODER

A NOVA PRAÇA
ROOSEVELT

A COMARCA DE
CAMPOS DO JORDÃO

CONHECER PARA JULGAR

A ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA COMEMORA 20 ANOS

04 **APRENDER COM
A EFICÁCIA DOS OUTROS**
entrevista com o Ministro Sidnei Beneti

10 **A ESCOLA DA MAGISTRATURA
E A CONSTRUÇÃO
DE UM MUNDO MELHOR**
por Aline Magalhães

16 **JOSÉ CECHIN:
UM GESTOR EFICAZ**
por João de Freitas

20 **VIDA NA COMARCA DE
CAMPOS DO JORDÃO**
por Turu Goulart de Andrade

24 **CONHECER PARA JULGAR**
entrevista com Luiz Eduardo Martins Ferreira

30 **LEI DA ANISTIA:
RELEMBRAR É RESISTIR**
por Fábio Fujita

34 **CENA URBANA:
A NOVA PRAÇA ROOSEVELT**
por Lucílio Correia

42 **LIVROS: A NOVA SAFRA
DE LANÇAMENTOS**
por Fábio Fujita

46 **PRÊMIO JABUTI:
O FAROL DA PRODUÇÃO EDITORIAL**
por Luísa Pécora

49 **MÁRIO FERREIRA DOS SANTOS:
FILOSOFIA POR METRO**
por Luís Mauro Sá Martino

50 **CINEMA: HERÓIS EM CONSTRUÇÃO**
Por Luísa Pécora

54 **NELSON RODRIGUES:
TODA DECÊNCIA SERÁ CASTIGADA**
Por Fabrício Andrade

58 **BASTIDORES DAS VAIDADES**
Entrevista com Mônica Bergamo

66 **FILTRO SOLAR PARA UM TEMPO
QUE PASSA RÁPIDO DEMAIS**
por Carlos Costa



ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA
Órgão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Diretor **DESEMBARGADOR
ANTÔNIO RULLI JÚNIOR**

Vice-diretor **DESEMBARGADOR
PEDRO LUIZ RICARDO GAGLIARDI**

Conselho Editorial

**MINISTRO ENRIQUE RICARDO
LEWANDOWSKI (STF), MINISTRO MASSAMI
UYEDA (STJ), MARCUS VINÍCIUS DOS
SANTOS ANDRADE, TERCIO FERRAZ
SAMPAIO JR., JOSÉ MANUEL ARRUDA
ALVIM NETTO, JOAQUIM PEDRO VILLAÇA
DE SOUZA CAMPOS, CÂNDIDO RANGEL
DINAMARCO, ANTONIO CARLOS
MARCATO, ANTONIO CARLOS VIANA
SANTOS, MARCOS ANTONIO MONTEIRO.**

Editor **CARLOS COSTA**

Editor Assistente **JOÃO DE FREITAS**

Edição de Arte **DMS CRIAÇÃO**

Edição de Fotografia **SEGUNDO PLANO**

Colaboraram Neste Número:

JOSÉ BATISTA CARVALHO (revisão), **ARTHUR
FUJITA, ENOCESAR, GUSTAWO SCATENA,
JEFFERSON DIAS, JOÃO CALDAS, RODRIGO
FARHAT** (fotos), **ALINE MAGALHÃES, FÁBIO
FUJITA, FABRÍCIO ANDRADE, GABRIELLA DE
LUCCA, JEFFERSON MELO, JOÃO DE FREITAS,
JOSÉ GERALDO DE OLIVEIRA, LUÍSA PÉCORA,
LUÍS MAURO SÁ MARTINO, LUCÍLIO CORREIA,
TURU GOULART DE ANDRADE** (textos)

Editoração Eletrônica **DMS CRIAÇÃO**

Coordenação Editorial **MARCELO**

ALEXANDRE BARBOSA

Projeto Gráfico **DMS CRIAÇÃO**

Jornalista Responsável **CARLOS ROBERTO
DA COSTA** (REG. MTPS 11.862)

CTP, Impressão e Acabamento

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Capa **SEGUNDO PLANO**

A revista **DIÁLOGOS&DEBATES** é uma publicação trimestral da Escola Paulista da Magistratura, órgão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Números atrasados podem ser solicitados (de acordo com disponibilidade de estoque) à Assessoria de Imprensa, a/c de Marcelo Barbosa, Escola Paulista da Magistratura, Rua da Consolação, 1483, 2º andar, CEP 01310-100, São Paulo, SP, tel. 3256 6781, fax. 3258 5912.

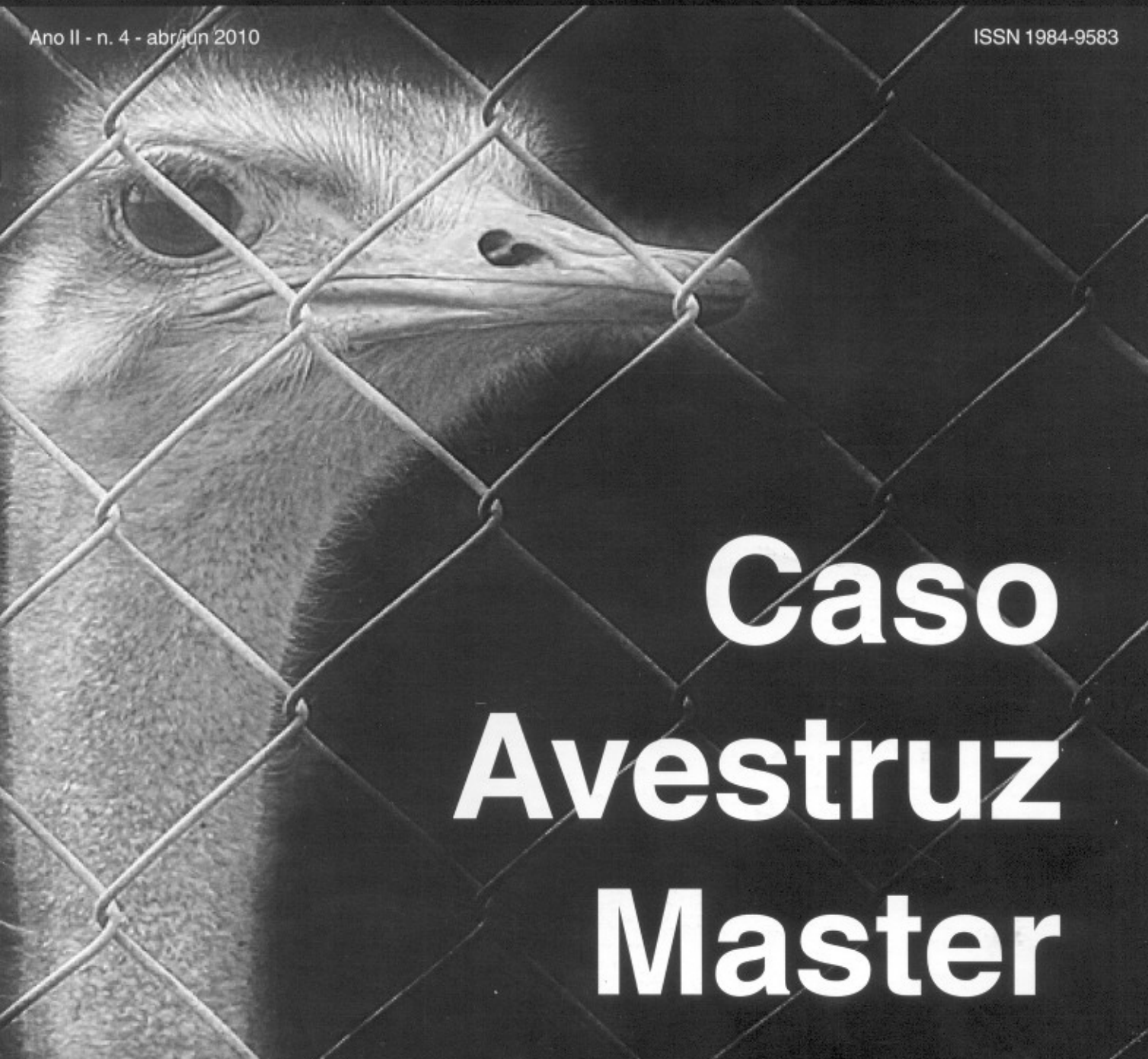
Redação e Administração: Escola Paulista da Magistratura, Rua da Consolação, 1483, 2º andar, CEP 01310-100, São Paulo, SP, tel. 3256 6781, fax. 3258 5912. Envie seus comentários, críticas e sugestões sobre a revista para o e-mail dialogosdebates@paol.com.br ou para a revista Diálogos&Debates, Escola Paulista da Magistratura, Rua da Consolação 1483, 2º andar, CEP 01310-100, São Paulo, SP, tel. 3256 6781, fax. 3258 5912.

FATO ÍPICO

REVISTA DO NÚCLEO DE PERSECUÇÃO CRIMINAL DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

Ano II - n. 4 - abr/jun 2010

ISSN 1984-9583



Caso Avestruz Master

P 285 O maior crime financeiro em Goiás

FATO TÍPICO

REVISTA DO NÚCLEO DE PERSECUÇÃO CRIMINAL DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

Ano II - n. 4 - 2010

Expediente

Fato Típico

Revista do Núcleo de Persecução Criminal da Procuradoria da República em Goiás (PR/GO)

Chefe da PR/GO

Marco Túlio de Oliveira e Silva

Coordenador do Núcleo de Persecução Criminal

Marcelo Ribeiro de Oliveira

Conselho Editorial

Daniel de Resende Salgado

Léa Batista de Oliveira

Wladimir Ferreira Lima

Viviane Sousa Lima Ribeiro de Oliveira

Lucas Carvalho de Oliveira

Marcos Lee Araújo Matsunaga

Colaboração

Martha Izabel de Sousa Duarte

Produção jornalística

(projeto gráfico, diagramação, reportagens e fotos)

Ascom da PR/GO

Aldo Rizzo

Cristiane Bochi

Joanatha Moreira

Revisão

Ludmila Pavlovna Déroulède

Endereço

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista,
Quadra "G", Lote 2, Park Lozandes, Goiânia/GO

CEP 74884 120

Fone: 62 - 3243-5400

E-mail: ascom@prgo.mpf.gov.br

Tiragem

1.000 exemplares

ISSN 1984-9583

Nesta edição

Entrevista

04

Magistrado Carlos Magno fala da falência da empresa

Entrevista

06

Marcos Roberto relata o trabalho da perícia contábil

Reportagem

07

Processo da Avestruz Master é "reconstituído"

Infográfico

08

Confira a linha histórica desse crime financeiro

Entrevista

13

Julya Sotto, da CVM, explica atuação da autarquia

Artigo

14

Daniel Salgado discute o "mercado de vento"

Fórum de Direito Urbano e Ambiental



ISSN 1676-6962

Fórum de Dir. Urbano e Ambiental - FDUA

Belo Horizonte

ano 9

n. 50

p. 1-143

mar./abr. 2010

Sumário

DOCTRINA

Artigos

Uma análise estrutural para implantação do “mercado de <i>commodities</i> ambientais” na região geoeconômica e cidade de Niterói para o Estado do Rio de Janeiro Amyra El Khalili	7
A ponderação entre preservação ambiental e desenvolvimento na ordem constitucional André Luís Vieira	13
A crise ambiental da atualidade: elementos para reflexão dos operadores de direito Arthur Soffiati	25
Método hermenêutico-sistêmico aplicado ao direito ambiental e dos recursos naturais Erivaldo Moreira Barbosa	35
O meio ambiente e a cultura na perspectiva constitucional Flávio Ahmed	41
Introdução ao direito urbanístico Helita Barreira Custódio	50
Congresso de Copenhague (COP 15) ou “La fábula del tiburón y las sardinas”? Manoel Paulo de Oliveira	75
A construção da nova ordem jurídica internacional ambiental: aspectos gerais Maria Coeli Simões Pires, Diego Roger Ramos Freitas	83
Licenciamento urbanístico e ambiental: coincidências e diferenças. A natureza jurídica da licença ambiental. Solução para as suas compatibilizações Toshio Mukai	93

Melhores Práticas em Sistema de Gestão de Meio Ambiente e Meio Ambiente do Trabalho

Conceito de “Comunidade” – NBR 10.151 Gustavo Guido Rodrigues, André Luis Campos Viana	97
Garantia da potabilidade da água destinada ao consumo humano Kesley Barbosa, Amanda de Pina Ribeiro Carvalho	98

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

Acórdãos na íntegra

Supremo Tribunal Federal

Estação ecológica – Ilegitimidade ativa rejeitada – Realização de estudos técnicos e consulta pública às populações interessadas – Facultatividade – Legalidade da criação de mais de uma unidade de conservação a partir de procedimento administrativo único. Mandado de Segurança nº 25347/DF	101
--	-----

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Direito Ambiental – Desocupação de área dentro de parque nacional – Comprovação de dano ao meio ambiente – Princípio da precaução – Apelação e remessa providas. Apelação Cível nº 2000.36.00.001021-5/MT	104
---	-----

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Dano ambiental – Documento em língua estrangeira – Vazamento de óleo durante operação de deslastro – Legitimidade passiva – Recomposição do dano ambiental – Responsabilidade objetiva – Solidariedade. Apelação Cível nº 2002.51.11.000592-8	108
---	-----

Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Dano ambiental – Imprescritibilidade – Edificação em área de preservação permanente e terreno de marinha – Responsabilidade civil objetiva. Apelação Cível nº 2006.72.08.001951-9/SC	111
--	-----

Ementário

Ação civil pública	113
Ação popular	115
Administrativo	115
Aterro sanitário	116
Crime ambiental	116
Dano ambiental	119

Desapropriação	121
Desmatamento	122
Licenciamento ambiental	122
Meio ambiente	122
Organismos geneticamente modificados	123
Poluição sonora.....	123
Processual civil e civil.....	124
Responsabilidade civil.....	126
Tombamento	126

Tendências Jurisprudenciais

Crime ambiental	129
Impacto ambiental.....	129
Licenciamento ambiental	130
Parcelamento urbano	130
Reserva ambiental.....	131

LEGISLAÇÃO

Informativo de Legislação

Decreto nº 7.130, de 11 de março de 2010 (DOU 12.03.2010).....	133
Ministério do Meio Ambiente – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis Instrução Normativa nº 1, de 18 de março de 2010 (DOU 19.03.2010).....	133
Ministério do Meio Ambiente – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) Instrução Normativa nº 2, de 18 de março de 2009 (DOU 26.03.2010).....	136

ÍNDICE.....	139
--------------------	------------

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES	143
---	------------



Interesse Público

Ano XII - 2010 - Nº 60

Conselho Editorial

Presidente: Prof. Juarez Freitas (PUC/RS, UFRGS,
Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público)

Profa. Antonia Pereira (PUC/SP e Pres. do IBDM)

Prof. Carlos Ari Sundfeld (SBDP e FGV/SP)

Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha (STF)

Dr. Cezar Miola (Conselheiro do TCE/RS)

Prof. Clèmerson Merlin Clève (UFPR e UNIBRASIL)

Prof. Cezar Britto (Presidente do Conselho Federal da OAB)

Prof. Clovis Beznos (PUC/SP e Pres. do IBDA)

Prof. Fabrício Motta (IGDA)

Prof. Fernando Facury Scaff (UFPA)

Profa. Germana de Oliveira Moraes (UFC)

Prof. Heleno Taveira Tôrres (USP)

Conselheiro Helio Saul Mileski (TC/RS)

Prof. Ingo Wolfgang Sarlet (PUC/RS)

Prof. Igor Danilevicz (UFRGS e PUCRS)

Prof. Des. João Batista Gomes Moreira (TRF 1ª)

Ministro José Augusto Delgado (STJ)

Prof. Luís Roberto Barroso (UERJ)

Prof. Marcelo Figueiredo (PUC/SP)

Prof. Márcio Cammarosano (PUC/SP e Pres. do IBDE)

Dr. Oscar Breno Stahnke (DPM)

Prof. Paulo Afonso Leme Machado (UNIMEP)

Prof. Paulo Bonavides (UFC)

Prof. Paulo Caliendo da Silveira (PUC/RS)

Prof. Paulo Ferreira da Cunha (Universidade do Porto)

Prof. Paulo Modesto (UFBA e UNIFACS)

Prof. Rodrigo Valgas (IDASC)

Prof. Romeu Felipe Bacellar Filho (UFPR e PUC/PR)

Coordenador-Geral

Prof. Alexandre Pasqualini
(IDARGS, AJURIS)



Editora Fórum

www.interessepublico.com.br

Editorial	9
------------------------	---

DOCTRINA

Seção de Administrativo, Constitucional, Previdenciário, Processual Civil e Ambiental

Direito fundamental à boa administração pública e a constitucionalização das relações administrativas brasileiras Juarez Freitas	13
Transferências voluntárias na Lei de Responsabilidade Fiscal: limites à responsabilização pessoal do ordenador de despesas por danos decorrentes da execução de convênio Romeu Felipe Bacellar Filho, Daniel Wunder Hachem	25
A resolução dos conflitos e a função judicial no contemporâneo Estado de Direito Rodolfo de Camargo Mancuso	63
Natureza jurídica da educação superior fornecida pelo setor privado Magno Federici Gomes	95
Responsabilidade por omissão do auditor externo no âmbito do sistema financeiro nacional: considerações sobre o poder disciplinar do Banco Central do Brasil, a culpabilidade e a justiça da pena Marlos Lopes Godinho Erling	121
Recursos hídricos e Constituição (a água como bem de domínio público) Dimas Macedo	133
Coisa julgada e Administração Pública na jurisprudência brasileira Demian Guedes	145
Coisa julgada inconstitucional e teoria geral do direito Juliano Taveira Bernardes	161
Atividades impactantes. Licenças e autorizações administrativas Maria Cristina Cesar de Oliveira	191
Seção de Direito Tributário	
Função social dos tributos: ICMS e segurança pública Manoel Cavalcante de Lima Neto	209
Instituições de arrendamento financeiro. ISQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – incidente em operações de <i>leasing</i> (Parecer) Luiz Edson Fachin	217

Seção de Direito Municipal

A constitucionalização da carreira do Procurador Municipal – Função essencial e típica de Estado

Cristiane da Costa Nery 243

Seção de Tribunais de Contas (Controle Externo)

O controle da Magistratura de Contas sobre o Ministério Público: reflexões em torno da criação conjunta do CNTC/MPJTC

Michael Richard Reiner 263

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

Acórdãos na Íntegra

Supremo Tribunal Federal

Servidor – Processo administrativo disciplinar – Revisão da punição – Anulação de todos os atos – Violação ao princípio do *non bis in idem*: inexistência – Imparcialidade. Recurso Ordinário em Mandado de

Segurança nº 23.922/DF..... 283

Superior Tribunal de Justiça

Ação de improbidade contra Governador de Estado – Duplo regime sancionatório dos agentes políticos: legitimidade – Foro por prerrogativa de função: reconhecimento – Usurpação de competência do STJ –

Procedência parcial. Reclamação nº 2.790 – SC..... 287

Superior Tribunal de Justiça

Tributário – ICMS – Serviço de TV a cabo – Incidência – Arts. 2º da Lei 8.977/95 e 2º da LC 87/96 – Precedentes. Recurso Especial nº 1.132.695 – SP..... 297

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Concurso público – Perito médico da Previdência Social – Opção de lotação em até dois municípios – Convocação de candidato com nota inferior – Preterição. Apelação Cível nº 2006.34.00.030726-7/DF..... 301

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Serviços de telecomunicação e radiodifusão – Leis municipais – Inconstitucionalidade. Arguição de Inconstitucionalidade

nº 2001.51.02.005752-2 305

Ementário 309

Índice alfabético-remissivo 331

Instruções para os autores 335

Revista **Bonijuris**

MAIO/10

ACÓRDÃOS - INTEIRO TEOR

Pág. XXVI

Investigação de Paternidade - Realização de Exame de DNA - Recusa de Descendente (STJ)

Condomínio - Cão de Raça Feroz - Circulação por Área Comum sem Item de Segurança (TJ/PR)

Decisão que Determina Sobrestamento do Recurso Especial - Ausência de Cunho Decisório (STJ)

Crime Contra a Ordem Tributária - Quebra do Sigilo Bancário (TRF/3a. Reg.)

Síndico - Relação Jurídica com o Condomínio - Mandato Eletivo (TRT/12a. Reg.)

Processo Administrativo - Pedido de Vista - Impetração de Habeas Data (STF)

Área de Preservação Permanente em Imóvel Urbano - Restrição à Utilização (STJ)

LEGISLAÇÃO

Pág. LII

Decreto nº 7.122/10 - Empresa Gestora de Ativos - Estatuto Social - Aprovação

DOCTRINA

A PRISÃO TEMPORÁRIA NO PROJETO DE REFORMA TOTAL DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL (PLS 156/09)

Cleopas Isaías Santos

Pág. V

O CONCEITO DE LÍQUIDA E SUA RELAÇÃO COM O DIREITO

Mar. Francisca Carneiro

Pág. XI

NORMA DE ISENTAÇÃO DE IPTU EXTENSIVA AO USUFRUTUÁRIO

Barr. Cardoso Lopes

Pág. XII

A FLEXIBILIZAÇÃO NO USO DA PROVA EMPRESTADA

Jorge Augusto Buzetti Silvestre

Pág. XIV

OS VALORES COMO FUNDAMENTO DA CONSTITUIÇÃO E A JUSTIÇA CONSTITUCIONAL MATERIAL

Kelly Susane Alflen

Pág. XX

DOCTRINA

A Prisão Temporária no Projeto de Reforma Total do Código de Processo Penal (PLS 156/09)	05
<i>Cleopas Isaías Santos</i>	
O Conceito de Lógica e sua Relação com o Direito	11
<i>Maria Francisca Carneiro</i>	
Norma de Isenção de IPTU Extensiva ao Usufrutuário	12
<i>Raquel Cardoso Lopes</i>	
A Flexibilização no Uso da Prova Emprestada	14
<i>Jorge Augusto Buzetti Silvestre</i>	
Os Valores como Fundamento da Constituição e a Justiça Constitucional	
Material	20
<i>Kelly Susane Alflen</i>	

ACÓRDÃO EM DESTAQUE

Execução de Débito Alimentar - Penhora de Valor Constante em Conta do FGTS (STJ)....	23
--	----

INTEIRO TEOR

Investigação de Paternidade - Realização de Exame de DNA - Recusa de Descendente (STJ)	26
Condomínio - Cão de Raça Feroz - Circulação por Área Comum sem Item de Segurança (TJ/PR)	30
Decisão que Determina Sobrestamento do Recurso Especial - Ausência de Cunho Decisório (STJ)	33
Crime Contra a Ordem Tributária - Quebra do Sigilo Bancário (TRF/3a. Reg.)	35
Síndico - Relação Jurídica com o Condomínio - Mandato Eletivo (TRT/12a. Reg.)	36
Processo Administrativo - Pedido de Vista - Impetração de <i>Habeas Data</i> (STF)	38
Área de Preservação Permanente em Imóvel Urbano - Restrição à Utilização (STJ)	39

EMENTÁRIO

Civil - Comercial	41
Imobiliário	42
Processo Civil	44
Penal - Processo Penal	45
Trabalhista - Previdenciário	47
Administrativo - Constitucional	49
Tributário	50

LEGISLAÇÃO

Decreto nº 7.122/10 - Empresa Gestora de Ativos - Estatuto Social - Aprovação	52
---	----

COMO DECIDEM OS TRIBUNAIS

Responsabilidade Médica por Omissão no Dever de Informar	56
<i>Hélio Apoliano Cardoso</i>	

EVENTOS/NOTÍCIAS	58
-------------------------------	----

REPOSITÓRIO AUTORIZADO

TST Nº 24/2001
STF Nº 34/2003
STJ Nº 56/2005

COEDIÇÃO:

AMAPAR - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO PARANÁ
AMC - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES
AMATRA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO TRABALHO - IX E XII

Revista Bonijuris

ISSN 1809-3256

Qualis C – Capes

Ano XXII - Nº 558

Edição Mensal - Maio/10

Editor

Jornalista Arnaldo Anater

(in memoriam)

INSTITUTO DE PESQUISAS JURÍDICAS BONIJURIS

R. Marechal Deodoro, 344 - 3º and. - CEP 80010-010 - Curitiba - PR

www.bonijuris.com.br

Administrativo/Comercial

Fone-fax: (41) 3323-4020

bonijuris@bonijuris.com.br / comercial@bonijuris.com.br

Suporte Técnico

Fone: (41) 3019-3193 - suporte@bonijuris.com.br

Jurídico - Pesquisa - Serviços de Apoio

Fone: (41) 3322-3835 - juridico@bonijuris.com.br



REVISTA

**CR
AN
ÇA
CIDADÃ**

**CONSELHOS TUTELARES
UM DIAGNÓSTICO**

De grande importância para o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os Conselhos Tutelares clamam pela atenção da sociedade



SUMÁRIO

O ORGULHO DA ORQUESTRA	05
ESPAÇO CRIANÇA CIDADÃ GANHA NOVAS PARCERIAS	08
CONSCIENTIZAÇÃO PARA OS MENINOS DO COQUE	12
COLUNA: A PROPÓSITO DE INCLUSÃO SOCIAL	14
QUANDO A MÚSICA E A LITERATURA SE ENCONTRAM	18
MENINOS ESTRELAM COMERCIAL	19
DE PORTAS E CORAÇÃO ABERTOS	20
INFÂNCIA E CIDADANIA	22
CAPA: CRIANÇA SIM, MAS COM DIREITOS	24
PRIMEIROS PASSOS	28
INVESTIMENTO EM ESPERANÇA	31
MÚSICA INSTRUMENTAL CIRCULA POR PERNAMBUCO	32
DIRETO DA ITÁLIA	34
ORQUESTRA EM NOTAS	36
A ARTE DE REGER	38

REVISTA DA

ESCOLA PAULISTA
DA MAGISTRATURA

Ano 9 - Número 1
Janeiro/Junho - 2009



Sumário

1. Professor Canotilho, o jurisconsulto da Quinta das Lágrimas
Antonio Rulli Junior..... 7
2. Liberdade, igualdade, cidadania e juridicidade
Alberto Antonio Zvirblis..... 13
3. Os 7 pecados capitais do novo Direito Sucessório
Euclides de Oliveira..... 33
4. Regularização fundiária – Considerações sobre a Medida Provisória nº 459/2009
Venicio Antonio de Paula Salles..... 57
5. Da coisa julgada prevalente
João Batista Amorim de Vilhena Nunes 75
6. Processo Penal Constitucional: uma análise principiológica
Luiz Alexandre Cyrilo Pinheiro Machado Cogan..... 91
7. Os direitos da personalidade e o tratamento jurídico do transexualismo
Ana Maria Romano 115
8. Algumas reflexões a respeito da formação de litisconsórcios anômalos
Júlio César Ballerini Silva 129

REVISTA de INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Brasília · ano 47 · nº 185 · janeiro/março · 2010

- Eduardo Meira Zauli
Guilherme Fernandes Neto
Ricardo José Pereira Rodrigues
José Pedro Luchi
Marilda de Paula Silva
Marcelo de Oliveira Milagres
Andreo Aleksandro Nobre Marques
Eduardo Pordeus Silva
Beclaute Oliveira Silva
Jeferson Dytz Marin
Ailor Carlos Brandelli
Anderson Eduardo Silva de Oliveira
Carlos José Saldanha Machado
Denise Setsuko Okada
Paulo Sávio Peixoto Maia
Orione Dantas de Medeiros
Ivone de Araújo Carvalho Lima
Granjeiro e Liana Fortunato Costa
Roberto Ferreira da Silva
- Judicialização da política, Poder Judiciário e Comissões Parlamentares de Inquérito no Brasil 7
Ensaio sobre a inelegibilidade 27
A viabilidade dos terceiros partidos no sistema político dos Estados Unidos 41
Tensão entre autonomia privada e pública 57
O voto parlamentar brasileiro nas Constituições de 1967–1988 71
O nascimento do controle de constitucionalidade judicial 91
Cultura e desenvolvimento humano. O papel do Estado e da sociedade civil na consolidação da cidadania cultural 105
O enunciado (dialógico) na decisão jurídica. Nas sendas de Mikhail Bakhtin 123
O controle da Administração Pública pela Ação Popular. A legitimação do cidadão para fiscalização dos atos do governante 135
Realidade e limites do arcabouço legal de prevenção, controle e fiscalização da introdução de espécies marinhas exóticas no Brasil 145
A crítica de Carl Schmitt à democracia parlamentar. Representação política como ato de fé, plebiscito como condição da identidade 161
Meios de Solução de Controvérsias entre Estados Partes do Mercosul. Controvérsias tramitadas no marco do Protocolo de Olivos 179
A interdisciplinaridade entre Direito e Psicologia no conflito familiar violento 195
Uma Constituição para Israel 211

André Antonio A. de Medeiros

Reflexos políticos da derrocada do federalismo fiscal
235

Tiago Antunes de Aguiar

Responsabilização dos agentes políticos nos atos de
improbidade administrativa 247

*Artigo de contribuição da Consultoria Legislativa
do Senado Federal*

Tiago Ivo Odon

O Brasil entre o arcaico e o moderno 261



REVISTA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

EDIÇÃO COMEMORATIVA DO
CINQUENTENÁRIO DA JUSTIÇA DO
DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
ANO XIV - NÚMERO XXVIII - JAN/JUN 2010

APRESENTAÇÃO

15

PALAVRAS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DO TJDF

Presidente | 24

Vice-Presidente | 31

Corregedor | 37

1. HISTÓRICO

1.1 Origem dos Juizados Especiais | 43

1.2 Os Conselhos de Conciliação e Arbitramento | 44

1.3 Juizados Especiais de Pequenas Causas | 45

1.4 Juizados Especiais Cíveis e Criminais | 47

1.5 Juizados Especiais Cíveis e Criminais no Distrito Federal | 49

1.6 Juizado Especial Cível Itinerante | 54

1.7 Juizado Especial de Trânsito | 58

1.8 Turmas Recursais | 60

1.8.1 Acórdão em Tempo Real nas Turmas Recursais	61
1.8.2 Primeiros Passos	62
1.9 Considerações Históricas do Ouvidor-Geral do TJDF	73

2. ATUALIDADES

2.1 Palavra do Presidente do FONAJE	93
2.2 Casos Concretos (Sentenças)	99
2.3 Jurisprudência	143
2.3.1 Jurisprudência Cível	145
Acidente de Trânsito	145
Assinatura Básica	146
Compra e Venda	148
Condomínio	151
Consórcio	156
Dano Moral - Banco	164
Dano Moral - Cia. Aérea	171

Dano Moral - Cia. Telefônica	172
Dano Moral - Diversos	175
Dano Moral - SPC	187
Plano de Saúde	194
Responsabilidade Civil	195
Seguro	203
Tarifa Bancária	211
Vício do Produto	213
2.3.2 Jurisprudência Criminal	217
Crime de Desobediência	219
Competência	219
Porte de Droga	224

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO COORDENADOR DA REVISTA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

3.1 Os Juizados Especiais e Perspectivas | 233

3.2 Agradecimentos | 237

4. APÊNDICE

Legislação Atualizada | 243

Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 | 243

Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001 | 262

Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009 | 268

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 | 274

Regimento Interno das Turmas Recursais | 305

Enunciados do FONAJE | 327

Enunciados Cíveis | 329

Enunciados Criminais | 343



REVISTA
FORENSE

Volume 405 – ANO 105

SETEMBRO – OUTUBRO DE 2009

ISSN 0102-8413

FUNDADA EM 1904

PUBLICAÇÃO NACIONAL DE DOCTRINA, JURISPRUDÊNCIA E LEGISLAÇÃO

<i>Abreviaturas e siglas usadas</i>	VII
DOCTRINAS	
PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE: A CONFIRMAÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA – <i>Alenilton da Silva Cardoso</i>	3
A FIANÇA NA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO – <i>Aline Dias de França</i>	27
PROPOSTAS PARA UM NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – TUTELA EXECUTIVA – <i>Daniel Amorim Assumpção Neves</i>	55
A RESPONSABILIDADE DOS BANCOS PELOS PREJUÍZOS RESULTANTES DO <i>PHISHING</i> – <i>Demócrito Reinaldo Filho</i>	85
A POSIÇÃO DA AUTORIDADE COATORA NO MANDADO DE SEGURANÇA À LUZ DA LEI N. 12.016/09. CIÊNCIA É CITAÇÃO? (ART. 7º, INC. II) – <i>Eduardo Arruda Alvim</i>	129
O DIREITO CONSTITUCIONAL E O DIREITO COLETIVO DO TRABALHO: TÓPICOS PARA REFLEXÃO. O CARÁTER NORMATIVO DAS SENTENÇAS NO PROCESSO COLETIVO DO TRABALHO À LUZ DAS INOVAÇÕES DA EMENDA N. 45 – <i>Eduardo Henrique Raymundo von Adamovich</i>	147
A PROPRIEDADE RURAL E A SUA FUNÇÃO SOCIAL – <i>Érico Marques de Mello</i>	171
REMINISCÊNCIAS DA RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA E SUA EFETIVIDADE – <i>Fábio Guedes de Paula Machado</i>	201
O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE APLICADO AO DIREITO PENAL: FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL DA LEGITIMIDADE E LIMITAÇÃO DO PODER DE PUNIR – <i>Fábio Roque da Silva Araújo</i>	223
PROPRIEDADE E HERANÇA: O TESTAMENTO POR MEIOS ELETRÔNICOS E A RELAÇÃO COM OS DIREITOS DA PERSONALIDADE DO TESTADOR – <i>Jorge José Lawand</i>	257
A QUESTÃO DO MONOPÓLIO NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O SETOR POSTAL – <i>Leonardo Vizeu Figueiredo</i>	283
O CASO RAPOSA SERRA DO SOL NO STF E SUAS REPERCUSSÕES PARA A SOBERANIA NACIONAL – <i>Mariângela Ariosi</i>	305
A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO E O ATUAL POSICIONAMENTO DO STF. ALTERNATIVA VIÁVEL: INCIDÊNCIA DO ART. 17 DO CDC – <i>Rogério Zuel Gomes</i>	327
TRANSFORMAÇÕES NO SISTEMA DE ILICITUDES NO CÓDIGO CIVIL DE 2002 – <i>Tula Wesendonck</i>	353
PARECER	
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA EM QUE HÁ CISÃO – PERMANÊNCIA DE SUA RESPONSABILIDADE TRABALHISTA SOLIDÁRIA EM RELAÇÃO AOS EMPREGADOS	

TRANSFERIDOS PARA A EMPRESA CINDIDA – CONTROLE ACIONÁRIO COMUM ÀS DUAS EMPRESAS RESULTANTES DA CISÃO – NECESSIDADE DE RETORNO DOS REFERIDOS EMPREGADOS PARA A EMPRESA-MÃE, EM FACE DE RESULTADOS NÃO AUSPICIOSOS NA CINDIDA – DESNECESSIDADE DE NOVO CONCURSO – INTELIGÊNCIA DO INC. II DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – <i>Ives Gandra da Silva Martins</i>	385
---	-----

JURISPRUDÊNCIA CIVIL

Supremo Tribunal Federal	403
Superior Tribunal de Justiça	413
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	461
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	467
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	479
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	481
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	485
Tribunal de Justiça de Minas Gerais	489
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte	495
Tribunal de Justiça do Paraná	501
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	505
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	511

JURISPRUDÊNCIA PENAL

Supremo Tribunal Federal	521
Superior Tribunal de Justiça	535
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	575
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	579
Tribunal de Justiça do Distrito Federal	583

CRÔNICA

<i>O-MEU-DE-CADA-UM</i> OU ARPOADOR – <i>Bruno Di Marino</i>	589
--	-----

ESTUDOS E COMENTÁRIOS

20 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DEMOCRÁTICA DE 1988 – <i>Carlos Roberto Siqueira Castro</i>	617
ASPECTOS PROCESSUAIS CIVIS DECORRENTES DA POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE INDENIZAÇÃO CIVIL NA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA – <i>Daniel Roberto Hertel</i>	629
PONDERAÇÕES ACERCA DA INCONSTITUCIONALIDADE DA CONTRIBUIÇÃO A CARGO DO OUTORGANTE DE MANDATO JUDICIAL – <i>Ernani de Paula Contipelli</i>	643
DECISÃO DE PROCEDÊNCIA DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO E A EFICÁCIA DOS ATOS EXPROPRIATÓRIOS – <i>Fabiano Carvalho</i>	649
A TEORIA DA DETERMINAÇÃO DA PENA COMO SISTEMA (DOG MÁTICO): UM PRIMEIRO ESBOÇO – <i>Jesús-María Silva Sánchez</i> (Tradutor: <i>Aldo de Campos Costa</i>)	663
CARTÓRIOS NO SÉCULO XXI – O USO DA <i>INTERNET</i> PELO PODER JUDICIÁRIO E PELOS CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS – <i>Leticia Franco Maculan Assumpção</i>	677
A RESPONSABILIDADE CIVIL POR INFECÇÃO HOSPITALAR – <i>Domingos Afonso Kriger Filho</i>	691